

# A CRIANÇA SABE RESPONDER QUANDO DIZ “EU...”? A AQUISIÇÃO DE UMA FUNÇÃO DA LINGUAGEM

---

**Silvana Silva\***

*Resumo:* O objetivo deste artigo é discutir a noção de função para a área de estudos da Aquisição da Linguagem em perspectiva funcionalista e em perspectiva enunciativa. Para compreender a noção de função na perspectiva enunciativa, abordamos os conceitos de linguagem e ato de enunciação, situação de discurso, cultura e função. Tomamos o diálogo entre um adulto e uma criança e consideramos a função de responsabilização.

*Palavras-chave:* aquisição da linguagem; linguística da enunciação; responsabilização.

*“Todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida”.*  
(BENVENISTE, 1990a, p. 18)

## INTRODUÇÃO

■ **N**ada é mais difícil de definir do que um processo linguístico que envolva o aspecto semântico da linguagem. Sempre duvidamos de que tal “sentido” está começando a pertencer ou já pertence à língua. Tal é a sensação e a dificuldade que sinto na conversa que eu tive (aqui me designo sob notação “P”) com um menino (sob a notação “M”), transcrita a seguir.

(Local: piscina térmica)

Um menino de aproximadamente quatro anos que brincava na raia próxima à escada olha para mim, na raia seguinte, e diz:

M - *Você não pode subir nessa escada.*

P - *É. Por quê?*

M - *Aqui. O degrau tá quebrado.*

P - *Mmm. E não tá escrito em lugar nenhum.*

M - *Eu tô cuidando, o cara disse pra eu cuidar.*

P - *Mas não tá escrito na placa.*

*(O menino aponta outra placa onde se lê “Permitido acesso à piscina somente após ducha” e diz:)*

M - *Eu vou apagar o que tá escrito lá e escrever.*

P - *Tá bom. Quantos anos tu tem?*

M - *Quatro anos.*

P - *Qual é o teu nome?*

M - *Andr(coloca a boca na água) (risos)*

Não é digno de nota o fato de uma criança de apenas quatro anos interpelar um adulto desconhecido: segundo os estudos tradicionais da Aquisição da Linguagem, a criança com quatro anos já “adquiriu” a língua. O que me chama atenção não são os recursos fonológicos, morfológicos ou sintáticos mais ou menos complexos que a criança domina ou não. Interessa-me investigar o momento de “ruptura” do discurso, o fato de a criança ter se atrapalhado em determinado ponto: no pedido de nomeação que o adulto lhe dirige. A pergunta é a seguinte: qual é a dificuldade que tem a criança em assumir a responsabilidade de uma sanção que ela mesma inventou?

Antes, é importante traçar uma distinção entre língua e linguagem. A criança certamente sabe dizer o seu nome (como não saberia dizer uma palavra tão importante uma pessoa que criou toda uma história?!), mas não o diz. Ela sabe algo da “língua”, mas algo lhe “escapa”. Aquilo que lhe escapa é da ordem da linguagem e da enunciação.

Silva (2009a, p. 287) assume a distinção entre língua e enunciação: “os caminhos da enunciação permitem o encontro da criança com a língua”. Silva (2009b, p. 44) ainda afirma que: “O ato de aquisição da linguagem possibilita à criança movimentar-se da enunciação para a língua e da língua para a enunciação”. O que teria impedido o movimento da criança em direção à plena concretização de sua história?

Outro aspecto interrogante da fala da criança é o seguinte: a própria suposição de que a criança sabe o seu nome – saber a língua advém de uma “certeza” da ordem do simbólico, da ordem da cultura. Esse “terceiro” (ELE) nos leva a pensar que toda criança sabe o seu nome, pois as perguntas que mais lhe dirige o adulto estranho num diálogo são: “Qual é o seu nome?” e “Quantos anos você tem?”. Dizemos *suposição*, pois a ordem cultural é partilhada tacitamente, não é tematizada. Dessa forma, é importante assumir uma *concepção trinitária de língua* (DUFOUR, 2000). Silva (2009a, p.187), seguindo o autor, propõe o seguinte dispositivo lógico para representar a aquisição: (eu-tu/ele)-ELE. Que relação se percebe entre linguagem e cultura? Como a cultura interfere no discurso da criança?

Nossa hipótese é de que a criança interrompe seu discurso por perceber uma função de interdição do adulto na pergunta “Qual é o teu nome?”. Por isso, a criança tenta um “meio-termo”: dizer o nome de forma quase inaudível. Uma resposta que fica no meio do caminho *entre* prescrição e interdição (entre enun-

ciação e língua; entre língua e linguagem) não é incomum nas falas dos adultos em diálogo com crianças e na fala das crianças. Vejamos dois episódios:

### **Episódio I**

*(A aprende a discriminar as palavras)*

A. Mãe, “gavabunda” é... é... xinga?

M. Hein?

A. “Gavabunda” é palavrão?

M. Não. (4; 7.25) (FIGUEIRA, 2003, p. 200)

### **Episódio II**

*Franciele (1;8.10)*

*Situação: Franciele usava a expressão de xingamento “droga” sempre que algo não dava certo em suas brincadeiras, o que a mãe seguidamente a repreendia. Certo dia, a criança estava brincando com a mãe perto e algo deu errado em sua brincadeira.*

FRA: dó...

MÃE: Franciele [!]

Com: a mãe repreende.

FRA: doguinha (=droguinha) (SILVA, 2009a, p. 133)

Por que somente no Episódio II há um sujeito que insiste em afirmar o interdito e no Episódio I não há? Qual é a diferença entre a situação de enunciação dos Episódios I e II? Em que medida a situação de enunciação do menino Andr..., sendo mais próxima do Episódio I, pode ter características enunciativas semelhantes a ele?

Um aspecto associado à ideia simbólica mais geral da prescrição e interdição (da ordem da cultura, do ELE) é o do *ato de linguagem* (da ordem da língua, ou do eu-tu/ele) do qual se apropria o menino na piscina. Percebi que se trata do ato de responsabilização, ou seja, é como se o menino tivesse dito: “Eu me responsabilizo pela escada da piscina”. Entre o “ele” (o *cara*, isto é, o funcionário responsável pela piscina) e o ELE (as regras de uso da piscina, que são feitas por um grupo de responsáveis), estaria o menino propondo uma “brincadeira”, situando no “movimento” entre ele e ELE, isto é, constituindo um ele-ELE no lugar da estrutura simbólica ele/ELE? Estaria o menino “testando” os limites da disjunção ele/ELE ou constituindo-(se)-a? Tal dúvida sempre vai pairar sobre qualquer brincadeira infantil. Estaria o menino tentando assumir a voz (e o lugar enunciativo) do ELE, lugar sem voz, isto é, da voz impessoal, da voz da “placa”, voz que não fala? Como o menino percebe a função da responsabilização ao tentar essa conjunção? Creio ser necessário investigar as condições da responsabilização como ato de linguagem.

Problematizemos a palavra *função* para a concepção funcionalista (HALLIDAY, 1978) e a enunciativa (BENVENISTE, 1989, 1990). Halliday afirma que há uma relação direta entre função, uso e estrutura gramatical na linguagem da criança, e que, no adulto, tal relação não é direta, ocorrendo uma rápida multiplicação de funções para recursos gramaticais limitados. A criança antes dos três anos de idade usa diferentes estruturas gramaticais para marcar as funções. Ou seja, à

medida que a criança cresce, ela vai “acumulando” funções na mesma forma gramatical. Halliday elenca seis funções prototípicas da fase I (10 a 18 meses): *instrumental, regulatória, interacional, pessoal, heurística e imaginativa*, as quais vão sendo, paulatinamente adquiridas e que evoluíram para a fase II com três grandes funções (ideacional, interpessoal, textual). De certa maneira, Halliday coloca tais funções como uma evolução sem retorno, ou sem *movimento*. Em contrapartida, em Benveniste (1990b, p. 92) lemos: “Estas situações [o monólogo] exigiriam uma dupla descrição, da forma linguística e da condição figurativa”. Segundo a perspectiva enunciativa, o uso de uma forma linguística de intimação pode não corresponder ao ato de intimação. Não há uma relação entre forma e sentido de forma unívoca. Benveniste não assume o termo “função”, e sim o termo “aparelho formal de funções”: tem-se uma *rede* de funções.

Como o menino parece ter passado por essas duas fases, considerando o enredo complexo que organiza para iniciar a conversa com um adulto estranho, estaria ele “brincando”, isto é, “*fingindo* que regride à fase I” ao tentar escamotear a função imaginativa (“Imagine você que eu sou o dono da piscina”) *dentro* da função instrumental (“Eu te ordeno a não subir a escada”)? Esta brincadeira seria “descoberta” pelo adulto ao lhe perguntar: “Qual é o seu nome?” (que pode ser interpretada como “Eu sei que você não é mais um bebê”). Se for concebida a enunciação da criança no movimento da criança entre uma posição mais infantil e uma posição mais madura, devemos problematizar o conceito de *função* em Halliday (1975, 1978).

### Análise do diálogo

Façamos um resumo das quatro questões apresentadas:

1. O que **escapa** à criança no momento de dizer seu nome: a linguagem ou o ato de dizer?
2. Como **a cultura** interfere no discurso da criança?
3. Que características da **situação de enunciação** conduzem a criança a romper o seu discurso com o adulto?
4. Como o menino percebe a **função da responsabilização**: como uma relação direta entre uso e função (isto é, como um “bebê”), como relação indireta (como um “adulto”) ou como jogo entre uso e função (como um “menino brincalhão”)?

Retomando a primeira questão, é necessário conceituar os termos *linguagem* e *ato de dizer*. Flores (2008, grifo nosso) enfatiza a importância da linguagem como um conceito gerador, mais amplo e indissociado ao conceito de língua:

*O breve levantamento de ocorrências dos termos acima me permite, neste momento – e sem que eu possa argumentar mais –, apenas dizer que há em Benveniste uma preocupação em resguardar três instâncias que poderiam ser designadas por linguagem, língua e línguas, mesmo que, como espero ter demonstrado, esses termos, por vezes, sejam usados indistintamente.*

Flores (2008) observa que *linguagem* pode ser trocado por *língua* e *línguas*, mas *língua* e *línguas* não podem ser trocados por *linguagem*, fato que não apenas corrobora a ideia de que a *linguagem* é um conceito mais amplo do que *língua*, mas também mostra a *mobilidade* que esse conceito possui. *Linguagem*: conceito móvel e, às vezes, movediço (quando caímos em suas inflexões – ou nas brincadeiras das crianças). *Ato de dizer* constitui o elemento formador do conceito de enunciação: “a enunciação é o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989c, p. 82). *Ato de dizer* é o móvel individual irrepitível concedido pelo móvel da *linguagem* (condição de possibilidade). No diálogo, o que “escapa” à criança é o ato de dizer, uma vez que a *linguagem* é o que possibilita a criar uma identidade diferente daquela que a obriga a se nomear “de verdade” (instância concreta exigida pelo adulto). Enquanto o adulto “permite”, a criança desliza pela *linguagem* e pela *língua* até o momento em que o adulto “interrompe” o curso e separa a *língua* (“de brincadeira”) e a *linguagem* (“de verdade”).

Retornando à segunda questão, conceituemos cultura em Benveniste. Silva (2009a, p. 141) afirma que a *língua* “se constitui com um mecanismo inconsciente, porque vinculada à cultura, que tem como fundamento seu caráter simbólico”. Dessa forma, a criança “muito antes de falar, já é constituída por um “outro” (SILVA, 2009a, p. 143). Este “outro” é a fala da mãe (ou de outro cuidador) que *supõe* o “outro” ao se dirigir ao bebê. Conclui a autora: “através desse “outro”, inicia um longo caminho para encontrar a *língua*, enquanto laço social e simbólico” (SILVA, 2009a, p. 144). Tomando, mais uma vez, como premissa que a aquisição é o movimento entre *língua* e enunciação, acreditamos que o percurso de contação da história até a sua interrupção no nome e as risadas mostra que o caminho entre o “outro” e o “eu” poderia ser estendido infinitamente se o adulto não fizesse o “corte simbólico” na brincadeira em algum lugar do discurso.

Nesse sentido, do ponto de vista simbólico, esse corte pode ser feito por meio da nomeação ou de qualquer outro recurso linguístico feito pelo adulto que “desviasse” a criança do assunto “escada”. Assim, a cultura interfere no discurso da criança como um todo, como uma relação interdição-prescrição ou prescrição-interdição, dependendo da forma como transcorre o diálogo. No caso em análise, o diálogo começa por uma suspensão da interdição (a narrativa da criança), seguido de uma instalação da interdição (“Qual é o teu nome?”) e finalizado por uma submissão jocosa à interdição (nome sussurrado seguido de risadas). Tal análise coaduna-se com a descrição de Benveniste (1989a, p. 25) de que a cultura é uma “multidão de noções e prescrições”. Assim, no caso, não há uma passagem de uma interdição a uma obediência contrita, ou seja, apenas dois valores em oposição binária. Parece-me que esta criança situa-se em posição intermediária: isto é, prescrição-interdição. Ela apresenta um domínio de pelo menos três funções simbólicas: a interdição, a prescrição e o jogo interdição-prescrição. De qualquer forma, Silva (2009a) adverte que a “cultura” constitui um “impossível de descrição”, isto é, a cultura permeia a *língua*, mas não pode ser “capturada” a não ser por marcas que nos conduzem sempre a uma *suposição de interpretação*. Esta interpretação pode ser, para usar um termo de Halliday (1975, p. 9), uma visão “adultocêntrica” do discurso da criança. Para compreender os valores culturais que permeiam a experiência linguística da criança seria necessário um estudo longitudinal.

Para responder à terceira questão, façamos uma incursão na visão de *função* em Halliday e em Benveniste. Segundo Halliday, como vimos, a criança apresenta um conjunto de funções restritas associadas a formas gramaticais distintas: uma forma está associada a uma única função. É a gênese da *sistematicidade*, isto é, a existência de uma relação estável entre forma e conteúdo (HALLIDAY, 1975, p. 14). Com o passar do tempo, o conjunto de funções se amplia, e a gramática se torna mais complexa, comportando “dentro de si” várias funções. Na língua do adulto, “a estrutura linguística serve como meio para a expressão integrada de todos os componentes funcionalmente distintos do significado da língua” (HALLIDAY, 1978, p. 157). Disso, decorre a ideia de que, em perspectiva funcionalista, cada enunciado de uma criança de menos de 18 meses serve a apenas uma função. Seria exatamente o que ocorre no caso da menina de 14 meses (Franciele) a seguir?

*Participantes: EDU (irmão de 6 anos); PAI, MÃE (filmando) e BET (irmão de 15 anos)*

*Idade da criança: 1; 2.22*

*Situação: FRA está na frente de sua casa, sentada inicialmente com EDU e seu pai.*

*Em seguida, BET senta-se a seu lado.*

*Com: FRA e EDU brincam de assustarem-se dentro de casa. Por isso, ambos gritam. Após FRA engatinha até a área, onde estão seu PAI e sua MÃE.*

*FRA: Ah (= engatinhando e aproximando-se de Edu)*

*EDU: Ai (=pula como se estivesse assustado)*

*Mãe: Francisca, assusta o Dudu, assusta.*

*Pai: Assim, ó (=mostra como FRA deve assustar o irmão)ãh (=faz o som de assustar) @XXX@XXX aqui ó (= pega EDU pelo braço) ó @ assusta o Dudu. @ARRR (=som para assustar)*

*EDU: XXX*

*Com: O irmão BET também senta na área, ao lado de FRA. Silêncio.*

*FRA: AAH (=olha para o PAI e grita, assustando-o)*

*BET: (risos)*

*FRA: AAH (= olha para BET e grita, assustando-o) (SILVA, 2009b, p. 40-41).*

Percebemos que se a relação entre Francisca e irmão (Edu) na brincadeira fosse apenas da relação entre a forma *ah* e o sentido de *assustar*, produzindo a função imaginativa, não haveria necessidade de Franciele – uma criança de 14 meses – dirigir-se aos pais para “ampliar” a brincadeira, criando um “teatro”. Além disso, ela “desobedece” o pedido da mãe e assusta não ao irmão Edu, mas o irmão Bet. Seguindo o raciocínio funcionalista, dizemos que o “teatro” faz parte da função imaginativa. No entanto, mais do que criar espectadores, as crianças são convocadas pela mãe a *integrar socialmente* os adultos na brincadeira. Nesse sentido, a criança é capaz de unir a função imaginativa à função interpessoal e à função instrumental.

A partir dos pressupostos de Benveniste (1989a) de que a linguagem está na natureza do homem, logo, dizemos que não é possível segmentar funções pre-determinadas para cada enunciação. Da mesma maneira, como separar o enunciado de Franciele com seu irmão do enunciado com seus irmãos e pais?

A perspectiva funcionalista opera com enunciados diádicos, observando para cada um uma única função; na perspectiva enunciativa, não é possível separar o primeiro *ah* de Franciele de toda a situação.

Assumindo a perspectiva enunciativa, retomamos nossa terceira questão: que características da *situação de enunciação* conduzem o menino da piscina a romper o seu discurso? Por que ele não “insiste” na brincadeira? Segundo Benveniste (1989b), a situação de discurso é composta, essencialmente, pelas categorias de pessoa (eu e tu), tempo (aqui), espaço (agora), e identificação de objeto (isto). A relação interpessoal se realiza entre uma criança e um desconhecido, num espaço compartilhado pelos dois, em um tempo exíguo, “intervalar” entre uma ação isolada do outro e outra (natação) e com um objeto (escada da piscina) que não é um “brinquedo” dado à criança. No caso de Francisca (Episódio II), o diálogo se realiza com sua mãe (adulto conhecido), em um tempo e um espaço de brincadeira (a mãe está se dedicando a observar a menina brincando) e com um objeto da própria criança. Assim, as condições de subjetivação do dizer da criança advêm de uma relação interpessoal, temporal, espacial e objectual que permitem um “espaço vazio” para a livre formação de estruturas linguísticas pela criança. As condições da situação de enunciação em análise impediram, a partir de certo ponto do discurso, a subjetivação do dizer do menino.

Quanto à quarta questão, é necessário explicar a “responsabilização”. Para isso, vejamos a redefinição de Benveniste da noção de *ato de fala* (Austin):

*Um enunciado performativo não tem realidade a não ser quando autenticado como ato. [...] Qualquer um pode gritar em praça pública: decreto a mobilização geral. Não podendo ser ato por falta de autoridade requerida, uma afirmação dessas não é mais do que palavra. [...] Esta circunstância de validade, relativa à pessoa enunciativa e à circunstância de enunciação deve se supor preenchida. O critério está aí e não na escolha dos verbos* (BENVENISTE, 1989c, p. 301-302).

Nesse sentido, o ato de fala em questão *Eu me responsabilizo pela piscina em nome do funcionário* preenche as condições de enunciação apenas parcialmente: o interlocutor solicita alguns elementos de “prova” (como a placa) e a própria criança tenta fornecer elementos da circunstância, por meio de outros atos de fala, a saber, a “procuração” (“o cara disse pra eu cuidar”). A criança, prontamente, tenta atender à solicitação do interlocutor (eis aí outro ato de fala), mas não consegue atender ao pedido de nomeação. Dessa maneira, a *rede* de atos de fala que se configura no discurso – e também no universo jurídico e social da vida adulta – encontra-se interrompida pela “falha” no ato de fala da *nomeação*. O menino compreende que a função da responsabilização faz parte de outros atos, não concebendo essa função numa relação *direta* entre função e uso, isto é, ele sabe a “função” mas sabe que não pode “usar”. Se assumirmos a perspectiva de Halliday (1975), nada mais natural do que um menino de quatro anos já ter conhecido as seis funções básicas da linguagem. No entanto, o menino parece conhecer a função “utilitária” da responsabilização, mas não “adquiriu” ainda a função enunciativa, isto é, de relação de responsabilidade com o outro (o tu e o ele).

Resta saber se temos uma relação indireta ou de um jogo. A ruptura no discurso, seguida das risadas, parece indicar que se trata de um jogo. Se fosse uma relação indireta, o menino poderia ter levado a conversa “a sério” e criado um nome

ou mesmo dito o seu por inteiro. Temos um “menino brincalhão”: não parece ser capaz de fechar a rede de atos de fala em torno do argumento de autoridade mais importante, isto é, os argumentos vinculados à categoria de pessoa: “Eu sou Fulano, com o cargo tal, portanto, acredite no que eu digo sobre a escada”. A categoria de pessoa apresenta a tarefa de “aquisição” de linguagem mais custosa para a criança? Como vimos, o menino identifica um objeto passível de sanção por um funcionário, identifica espaço e tempo e constrói uma rede de atos de fala quase segura, mas.... falha na nomeação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compartilhamos da incredulidade de Dufour (2000, p. 262) quanto à ideia de que a aquisição dos pronomes pessoais se encerra na idade de quatro anos. Retomando a epígrafe de Benveniste – “o homem inventa a sua língua a vida toda” –, acreditamos que o homem de mais de quatro anos até o *último* de seus dias vive para “adquirir” o uso do “Eu...” em diferentes situações de enunciação.

Creemos que, dentre os paradigmas existentes para o estudo da Aquisição da Linguagem, a Linguística da Enunciação vem suprir uma falta no campo. Nossa contribuição foi menos da ordem descritiva do que da ordem especulativa: quando acaba a aquisição da linguagem?, como a natureza da relação eu-tu e eu-tu-ele/ELE interfere na possibilidade de dizer “eu....”? Como o menino Andr., nos permitimos deixar em suspenso essas perguntas.

### REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingüística. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1989a. p. 19-33.
- \_\_\_\_\_. A natureza dos pronomes. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1989b. p. 277-283.
- \_\_\_\_\_. A filosofia analítica e a linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1989c. p. 294-306.
- \_\_\_\_\_. Esta linguagem que faz história. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1990a. p. 29-42.
- \_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1990b. p. 81-90.
- DUFOUR, D.-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FIGUEIRA, R. La propriété reflexive du langage: quelques manifestations du fait autonymique dans l’acquisition du langage. In: AUTHIER-REVUZ, J. (Org.). *Parler des mots: le fait autonymique en discours*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2003.
- FLORES, V. *Sujeito da enunciação e o esboço de uma reflexão sobre a singularidade enunciativa*. 2008. Mimeografado.
- HALLIDAY, M. K. The earliest language. In: \_\_\_\_\_. *Learning how to mean*. London: Edward Arnold, 1975. p. 8-36.
- \_\_\_\_\_. As bases funcionais da linguagem. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística*, São Paulo: Global, 1978. p. 125-171.



SILVA, C. L. *A criança na linguagem: enunciação e aquisição*. Campinas: Pontes, 2009a.

\_\_\_\_\_. A criança na estrutura enunciativa. *Organon*, Porto Alegre, v. 23, n. 46, p. 27-45, jan./jun. 2009b.

SILVA, S. Does a child know to answer when says “I...”? The acquisition of a language function. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 98-106, 2011.

*Abstract: The purpose of this article is the discussion of function notion for Language Acquisition area in the functionalist perspective as well as the enonciative perspective. In order to understand the function notion in the enonciative perspective, it is developed the concepts of language, enunciation act, discourse situation, culture and function. It is taken the dialogue between an adult and a child and it is considered the responsibility function.*

*Keywords: language acquisition; enonciative linguistics; responsibility.*